



O que está sendo feito?

1. Covid-19: STJ cassa liminar que trancou investigações do MPF no Espírito Santo



O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Falcão cassou, nessa quinta-feira (18), liminar da Justiça do Espírito Santo que havia determinado o trancamento da investigação conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF) no acompanhamento das ações desenvolvidas contra a pandemia da covid-19 no estado. Pela decisão, os autos do processo analisado pela

Justiça Estadual devem ser remetidos à 4ª Vara Federal Cível de Vitória. O ministro ressaltou o entendimento da Corte, de que a presença do MPF como parte no processo, por si só, demanda o julgamento da questão pela Justiça Federal.

O governo do Espírito Santo ajuizou ação civil pública na Justiça Estadual contra o MPF, no sábado (6). O objetivo era suspender os efeitos das recomendações e das requisições de informações feitas pelo MPF, além de obter o trancamento do procedimento administrativo do órgão que acompanha as ações adotadas no controle da covid-19. A liminar então deferida pela Justiça Estadual restringia a atuação do MPF nas diversas questões relacionadas à pandemia, mas agora a medida foi cassada pelo STJ. [Leia mais.](#)

2. MPT e Caixa firmam acordo para individualizar recolhimento de FGTS

O Ministério Público do Trabalho (MPT) firmou acordo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF) para promover troca de informações e auxílio técnico de equipes para que atuem no cumprimento das exigências legais do FGTS. O foco inicial do acordo serão os recolhimentos feitos ao FGTS pelos empregadores e que não foram individualizados aos titulares



das contas vinculadas do fundo em razão da ausência de informações obrigatórias. O objetivo é contribuir para que os recursos depositados sejam efetivamente recebidos pelos trabalhadores. Segundo levantamento atualizado da Caixa, há cerca de R\$ 600 milhões em depósitos a discriminar, com potencial de abranger e beneficiar mais de 400 mil trabalhadores. [Leia mais.](#)

3. MPT ajuíza ação para obrigar a usina Porto Seguro a pagar verbas rescisórias a 288 trabalhadores

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT/MT) ajuizou ação de execução de Termo de Ajuste de Conduta para obrigar a Usina Porto Seguro de Açúcar, Etanol e Bioenergia a pagar verbas rescisórias devidas a 288 empregados dispensados coletivamente entre dezembro de 2019 e fevereiro deste ano. Na ação, o MPT pede que a Justiça do Trabalho determine, em 48 horas, que a empresa deposite o valor de R\$ 6,4 milhões, referente às parcelas das verbas ainda não quitadas e à multa pelo não cumprimento do acordo. O MPT também pede que a Justiça determine o arresto, com a posterior penhora, de ativos financeiros existentes em nome da usina. [Leia mais.](#)

4. MPF, MPT e MP/SE lançam campanha para financiamento das ações de combate à covid-19 promovidas por universidade federal

O MPF, o MPT e o Ministério Público do estado de Sergipe (MPSE) lançaram, nesta sexta-feira (19), a campanha institucional “Tô com a UFS”. O objetivo é arrecadar recursos a serem destinados a ações de combate ao novo coronavírus, executadas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese). A mobilização é resultado de um termo de cooperação assinado entre representantes dos três ramos do Ministério Público, a universidade e a fundação no último dia 4 de junho. [Leia mais.](#)



5. MPF quer a continuidade de distribuição de alimentos a povos indígenas no Ceará durante toda a pandemia

O MPF recomendou à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que garantam a continuidade da distribuição de cestas de alimentos às comunidades indígenas do Ceará enquanto durar a situação de pandemia da covid-19, assegurando assim o indispensável abastecimento alimentar dessa população. Além de apontar falhas na logística de distribuição de alimentos entregues pela Funai por meio de cooperação com a Conab, o MPF considera a quantidade de cestas insuficiente para atender às necessidades das comunidades indígenas. Cada família receberá duas unidades, de acordo com informações da Coordenação Regional da Fundação. Em reunião, os povos indígenas relataram ao MPF atraso na distribuição de alimentos e entrega de cestas incompletas. [Leia mais](#).